

SEXTA-FEIRA — 6 DE FEVEREIRO DE 1987

Econ-Brasil

Notas e informações

Transferindo responsabilidades

É de se louvar a decisão do ministro da Fazenda de tentar fazer que a economia consiga, por seus movimentos próprios, vencer a crise que se armou conscientemente no País, pondo em prática teorias abstrusas. A liberação dos preços de grande número de bens, a redução da lista da Sunab e o desejo de estabelecer a economia de mercado merecem todo nosso apoio, e cremos que do empresariado brasileiro, embora ainda não correspondam às prementes necessidades da hora presente. No momento em que o governo da Bolívia é apontado como exemplo de determinação política, arrostando tormentas civis com o objetivo de eliminar a praga da inflação (inclusive pondo fim a subsídios considerados essenciais à manutenção da paz pública e da efetivação da opção pelos pobres feita há decênios por Paz Estenssoro), conforta, não mais do que isso, saber que no Brasil o Executivo se dispõe a apostar na economia de mercado e no comportamento racional dos empresários.

A rigor, é exagerado falar no Executivo como um todo. Desde que se iniciaram as negociações para alcançar aquilo que se pretendeu fosse o "pacto Social", soube-se que entre os ministros do Planejamento e do Trabalho, por um lado, e o da Fazenda, por outro, havia sérias discrepâncias no tocante à questão da liberação dos preços — os dois primeiros pretendendo condicionar o mercado às projeções de seus técnicos sobre a eventualidade de uma hiperinflação, o sr. Dilson Funaro confiando em que seria melhor correr o risco de apostar no mercado a desorganizar definitivamente a produção. Tudo indica que a decisão de liberar os preços — liberar em termos, ressalte-se, pois o CIP continuará estimulando os oligopólios e a Sunab a renegar as leis do mercado — foi decisão unilateral do ministro da Fazenda, pela qual assume sozinho as responsabilidades. Esse fato, vale dizer, a cisão no grupo que dirige a política econômica, não é de bom agouro quando se está num regime presidencialista.

A esse tema, cabe voltar. Antes, porém, é preciso insistir que a decisão já vem tarde — tanto assim que só se espera a normalização do abastecimento no prazo de um mês, isso se a crise cambial que é patente permitir a

importação de matérias-primas. Um fato não pode ser dissociado de outro: liberar preços só depois que se manifestou em sua inteireza a crise cambial — que já está impondo severas restrições à importação de matérias-primas até para produtos farmacêuticos — pode levar a criar as condições para que a crise de abastecimento persista, com preços evidentemente mais elevados (e detectados pelos índices oficiais de inflação, como analisamos no comentário econômico desta página), e para que se responsabilizem os empresários por tudo.

A rigor, tanto a decisão do sr. Dilson Funaro como as sugestões dos srs. João Sayad e Almir Pazzianotto foram feitas tarde demais, depois que o sistema econômico (delicado e intrincado como o de máquina altamente sofisticada) entrou em crise. Não por falta de advertências, diga-se de passagem. Quantas não foram as vozes que se levantaram para dizer que o governo estava criando as condições para a economia passasse para a clandestinidade? Quantas vezes não se chamou a atenção das autoridades para a circunstância de que as pressões policiais que se exerciam sobre os produtores apenas contribuíam para que se agravasse o fenômeno do mercado negro? E, sobretudo, quantas não foram as pessoas que tentaram mostrar ao governo, especialmente ao presidente José Sarney, que o que se estava criando com a fantasia onírica do triunfo do Plano Cruzado era o clima para jogar a opinião pública contra o empresariado?

Os homens responsáveis por essa situação em que as indústrias chegaram à beira da exaustão econômica e os comerciantes foram aviltados como se fossem meliantes vulgares continuam nos postos de onde orquestraram tudo o que aconteceu. É por isso que não se deve saudar como vitória do empresariado a decisão do ministro Funaro. Se houve vitória, foi aquela que decorreu da compreensão das leis da economia — e não se comemora jamais o triunfo da Natureza sobre aqueles que pretenderam desviá-la de seu curso.

Há um aspecto político presente nesse problema, para o qual nem todos atentaram: o Executivo — com boa in-

tenção ou manhosamente — transferiu para o empresariado a responsabilidade da inflação. E não se sente, perante a opinião pública, culpado disso ou daquilo. Atendendo aos apelos dos empresários, permitiu que os preços se realinhasssem de acordo com as leis do mercado. Se eles estourarem, a culpa não será do governo — nem que o índice de inflação seja aferido pelos preços reais, ou determinado pelo aumento dos gastos públicos decorrente da aplicação do "gatilho" aos salários do funcionalismo, já aumentados em 25% há pouco tempo. Se os empresários não atentarem para essa bomba de efeito retardado que o Executivo colocou em seu regaço, a pretexto de atender seus apelos, e perderem de vista a frugalidade e a ética do trabalho quase calvinistas que devem prevalecer hoje em dia, horizontes sombrios se abrirão para a livre iniciativa.

Não apenas para a livre iniciativa. Igualmente para o presidente José Sarney. Na verdade, o chefe do governo está sozinho, adotando decisões impostas por conjunção de circunstâncias que não é mais capaz de prever. Numa crise dessa envergadura, com uma Assembléia Nacional Constituinte em que os radicais buscam empolgar o poder de fato, governo algum se sustentará se não tiver um ministério homogêneo na área econômica. Não são mais possíveis as soluções salomônicas que o presidente Sarney aplicou até agora: os longos e penosos meses da Novíssima República demonstraram que Funaro, Sayad e Pazzianotto não podem coabituar em paz. Não cabe privilegiar um em detrimento dos demais — todos tiveram seus momentos de glória e deixaram inscrita no livro da história a sua responsabilidade pela crise que lerva em todo o País. O verdadeiro estadista sabe que, se for necessário, não pode hesitar em ser ingrato com os amigos. A razão de Estado impõe, nessa quadra difícil, que o presidente Sarney busque novos colaboradores, que inspirem confiança a todos — pois este governo não merece confiança —, e não procurem soluções que afrontem o País com o Exterior, quando é dele que necessitamos para superar a crise cambial. A liberação de preços deve corresponder a reforma total do ministério na área econômica.